

# Portugal: nos passos de Donald Trump?



» ROBERTO GOULART MENEZES  
Professor-associado do Instituto de Relações Internacionais da UnB e pesquisador do Instituto Nacional de Estudos sobre os EUA

A decisão do governo de Portugal de expulsar 5.368 imigrantes brasileiros, após terem seus pedidos de residência fixa negados, resulta da pressão que a extrema-direita tem exercido na política migratória do país. Na eleição legislativa realizada em maio deste ano, o Partido Chega ficou com a segunda maior bancada, tendo conquistado 60 das 230 cadeiras no parlamento.

Embora não esteja na coligação que governa o país, o Chega tem crescido como força política entre os portugueses por seu discurso anti-imigração e xenofóbico, principalmente contra cidadãos brasileiros e de ex-colônias portuguesas na África. O líder do partido de extrema-direita português é admirador fervoroso de Donald Trump. Desde que tomou posse em janeiro de 2025, Trump adotou uma política imigratória que tem produzido efeitos perversos sobre diferentes comunidades de imigrantes nos Estados Unidos, incitando o ódio e espalhando o medo mesmo entre os que têm autorização para trabalhar e residir no país.

Uma das primeiras medidas anunciadas pelo primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, da Aliança Democrática, quando assumiu o poder em 2024, mirava justamente a política migratória. Ele determinou que a Agência para

Integração, Migrações e Asilo (Aima) acelerasse a análise dos pedidos de residência de imigrantes estrangeiros. Assim, além dos 5.368 brasileiros, 13.466 indianos, dos 28 mil que pediram residência, argentinos e venezuelanos terão que deixar Portugal. Entre esses, a Índia foi o país que mais teve pedidos de residência negados — quase 50%.

Hoje, cerca de 513 mil brasileiros vivem em Portugal. É a segunda comunidade brasileira no exterior, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, onde residem mais de 2 milhões de brasileiros. Dado o avanço da extrema-direita em Portugal, o número de brasileiros que serão notificados para que deixem as terras lusitanas tende a aumentar. Cabe saber como o Ministério das Relações Exteriores do Brasil vai reagir ao provável aumento da negativa do governo português e se haverá algum tipo de consulta formal a eles acerca do tratamento dispensado aos brasileiros que estão sendo alvo dessa medida.

O fato é que, nos últimos 30 anos, milhares de brasileiros escolheram Portugal como destino em busca de uma vida melhor ou para escaparem (os ricos) da falta de segurança das grandes cidades do nosso país. Mas a grande maioria dos brasileiros que foram para Portugal trabalha em empregos que não permitem fazer uma boa reserva de recursos econômicos e acaba consumindo quase toda a renda auferida com longas jornadas de trabalho. Assim, os brasileiros que devem deixar o país em menos de um mês — este é o prazo determinado pelas autoridades portuguesas — terão histórias e trajetórias muito parecidas com as dos que foram deportados ou forçados a deixarem os Estados

Unidos desde o começo deste ano: após trabalharem arduamente, voltam com pouco ou quase nada. Some-se a isso a mudança brusca de suas vidas e projetos.

Embora o percentual de vistos de residência negados possa parecer pequeno (7,3%), não é possível afirmarmos ainda que a realidade vivida pelos brasileiros em Portugal sob o novo governo, e também com o aumento do apoio à extrema-direita por lá, seja de tranquilidade. A imprensa brasileira tem noticiado nos últimos anos casos de violência física, racismo e discriminação contra brasileiros.

Sob o novo governo de Portugal, as regras para permanecer no país devem se tornar paulatinamente mais rígidas e as exigências, cada vez mais difíceis de serem cumpridas por parte dos migrantes que deixam o Brasil rumo às terras lusitanas. Nos anos 90, tivemos momentos de tensão com a hostilidade contra dentistas brasileiros, profissionais altamente qualificados que enfrentaram barreiras severas para conseguir exercer sua profissão, assim como se integrar à sociedade portuguesa. Agora, o perfil dos brasileiros que lá estão é mais diverso, como os trabalhos que realizam e os postos de trabalho que ocupam.

É imprescindível que o governo brasileiro atue com firmeza para assegurar a dignidade dos brasileiros no exterior e que os que tiveram o visto de residência negado tenham a possibilidade de recorrer à justiça. E, para isso, o apoio da Embaixada do Brasil em Portugal, assim como o do consulado, é crucial. Nos próximos meses, saberemos se o novo governo português decidiu seguir os passos de Trump na política migratória.

## Como a reforma tributária melhora a vida dos brasileiros



» RODRIGO SPADA  
Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)

Desconhecido espanta o homem, já dizia o escritor Antoine de Saint-Exupéry, autor de *O pequeno príncipe*, cujo protagonista, certamente, vivia num pequeno mundo muito menos complicado do que este que nós, brasileiros, vivemos antes da implementação da reforma tributária.

Para fugir do espanto, portanto, é preciso conhecer os efeitos da reforma e, a partir daí, perceber facilmente como ela supõe a melhoria da vida dos brasileiros, tanto do empresário quanto do próprio trabalhador, uma vez que representa um avanço estrutural com potencial de gerar um ciclo virtuoso para o país, com a melhora do ambiente de negócios, estímulo ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda; tudo isso com o olhar social necessário para enfrentar a regressividade do sistema.

É preciso, nesse sentido, celebrar o fato de que, após décadas de diagnósticos e promessas, o Brasil finalmente deu início à implementação da reforma tributária sobre o consumo.

Porque, em primeiro lugar, trata-se de uma resposta necessária a um sistema concebido nos anos 1960, que se tornou sinônimo de complexidade, ineficiência e injustiça fiscal. Marcado por remendos legislativos e distorções acumuladas, o modelo atual, que está com seus dias contados, é prejudicial tanto para empresários quanto para trabalhadores — e, por isso, está sendo substituído por um modelo muito mais moderno, construído por governos e parlamentares de diferentes posições ideológicas.

O ponto central da reforma é a simplificação da tributação sobre o consumo. Um dos efeitos dessa simplificação é a redução do custo de conformidade, ou seja, o quanto as empresas gastam para se manterem em dia com suas obrigações fiscais, incluindo investimentos em estrutura tecnológica e recursos humanos. Trata-se de um custo elevado e muitas vezes improdutivo, que será sensivelmente aliviado com a nova legislação, liberando recursos para serem aplicados de forma mais produtiva e estratégica.

Esse é um dos motivos que farão a reforma gerar crescimento adicional da economia brasileira de 12% ou mais em 15 anos. A previsão, nesse sentido, é gastar menos para atender às exigências da legislação tributária no país, abrindo espaço para gastar mais com o que realmente pode gerar emprego e renda.

Outro aspecto fundamental é a adoção da tributação no destino. Atualmente, os tributos são recolhidos na origem, onde se localizam as empresas. Isso leva muitos empreendedores a se estabelecerem em regiões que não são as mais adequadas em termos de logística e infraestrutura, apenas por causa de benefícios fiscais. Com a nova lógica, essa distorção será eliminada e os empresários poderão escolher os locais que melhor atendam às necessidades de seus negócios. A mudança também tem forte impacto social, pois contribui para reduzir desigualdades regionais, fortalecer economias locais e ampliar o controle social, permitindo que o cidadão fiscalize mais diretamente a aplicação dos tributos arrecadados em sua localidade.

A unificação de tributos estaduais e municipais em uma base comum também representa um avanço expressivo. Atualmente, bens e serviços são tributados de forma distinta, com maior carga sobre os produtos — o que penaliza os mais pobres, que consomem mais bens. Além disso, esse modelo estimula uma infinidade de disputas judiciais sobre a natureza das operações. Com o avanço da tecnologia, surgem dilemas cada vez mais complexos: um celular é mercadoria ou serviço? E os softwares instalados nele? A reforma ajuda a resolver essas questões com mais clareza e segurança jurídica.

Do ponto de vista social, destaca-se ainda a criação do mecanismo de cashback, a devolução de parte dos tributos pagos por famílias de baixa renda. Essa inovação corrige uma das distorções mais perversas do sistema atual, tornando a tributação mais justa e focalizada, ao beneficiar diretamente quem mais precisa. A justiça tributária, portanto, não será apenas um ideal abstrato, mas uma prática concreta que poderá ser sentida no dia a dia das famílias brasileiras.

A reforma não é perfeita e ainda exigirá regulamentações cuidadosas para que seus efeitos se concretizem plenamente. No entanto, representa um passo decisivo na construção de um sistema tributário mais simples, transparente e justo, que favorece o crescimento, combate desigualdades e respeita quem cumpre suas obrigações com o país. É o início de uma transformação histórica, que exigirá acompanhamento da sociedade, mas que tem todas as condições de tornar o Brasil um ambiente mais próspero, estável e justo.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## O maior desafio nacional: combater as desigualdades



» GUILHERME BOULOS  
Deputado federal (PSOL/SP). Ex-presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades

» PASTOR HENRIQUE VIEIRA  
Deputado federal (PSOL/RJ). Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades

» MAÍRA LIMA  
Secretária executiva da Frente

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2023/2024, o Brasil ocupa a 6ª posição no ranking de países mais desiguais do mundo — atrás apenas de Botswana, Eswatini, Zâmbia, Namíbia e da África do Sul, que ocupa o 1º lugar no índice. Trata-se de uma marca infame que reflete a formação da sociedade brasileira, enraizada em processos históricos de violência e exclusão.

Desde a colonização, passando por mais de 300 anos de escravidão, o Brasil consolidou um modelo fundado na concentração de poder e riqueza nas mãos de sua elite. O resultado é uma estrutura socioeconômica marcada por desigualdades profundas que atingem sobretudo negros e mulheres, povos indígenas e quilombolas, campo e periferias.

Essa desigualdade estrutural também se reflete nas instituições políticas. O Congresso Nacional, que deveria representar a diversidade da população, concentra poder nas classes mais altas do Brasil. Mulheres, maioria no

país, ocupam menos de 20% das cadeiras na Câmara, uma das piores representatividades do mundo. Pessoas pretas e pardas, que são mais da metade da população, também seguem sub-representadas.

Diante desse cenário, a Frente Parlamentar pelo Combate às Desigualdades surgiu em 2023 como uma articulação entre mais de 190 parlamentares e a sociedade civil comprometida em enfrentar as múltiplas faces da desigualdade brasileira. O objetivo é construir uma agenda legislativa que coloque os mais pobres, os invisibilizados e os excluídos no centro das prioridades.

Um exemplo concreto dessa atuação é a defesa do Projeto de Lei que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês, enviado ao Congresso pelo presidente Lula. A medida alivia a carga tributária de milhões de brasileiros; mais do que isso, promove justiça tributária em uma sociedade em que os super-ricos pagam proporcionalmente menos impostos que os trabalhadores. Na mesma direção, a PEC pelo fim da escala 6X1 e o PL de garantia de piso mínimo para os entregadores de aplicativo também são agendas essenciais para melhorar as condições de vida da maioria trabalhadora.

Outra proposta apoiada pela Frente é a taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos. Hoje, 0,3% dos declarantes do Imposto de Renda concentra quase R\$ 100 bilhões por ano, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea). No Brasil, os impostos sobre heranças estão entre os mais baixos do planeta, com uma taxa de cerca de 8%. Estados Unidos e Japão, por exemplo, cobram até 55% e 60%, respectivamente.

O governo Lula representa, desde 2023, um avanço importante na retomada de programas sociais e políticas públicas destruídas por seis

anos de governos da direita. É possível avançar ainda mais. No ano em que o Brasil receberá autoridades de todo o planeta para a Conferência do Clima (COP), é crucial discutir soluções para as desigualdades relacionadas à crise ambiental. Enchentes, secas e deslizamentos afetam com mais gravidade justamente aqueles que vivem em territórios precarizados, nas periferias, em áreas rurais ou comunidades tradicionais. Por isso, a Frente defende que a justiça climática seja parte central da luta contra as desigualdades. Não se pode falar em desenvolvimento ou democracia sem enfrentar com firmeza as desigualdades ambientais que colocam milhões de vidas em risco.

A ideia de unir parlamentares e sociedade civil em uma Frente vem da certeza de que precisamos trabalhar juntos para tornar o Brasil um país menos desigual. Para isso, cada comissão da Frente, coordenada conjuntamente por um/a parlamentar e representante de organização da sociedade civil, lidará com aspectos distintos das desigualdades: renda, raça, gênero, território, segurança alimentar, saúde, educação, representação política, segurança pública, habitação e saneamento, e clima e meio ambiente.

Diante da gravidade do problema em nosso país, é urgente construir um novo caminho baseado na justiça social. A concentração de renda, poder e oportunidades impede que o Brasil avance e aprofunda as vulnerabilidades de milhões de brasileiros. A Frente Parlamentar pelo Combate às Desigualdades é uma resposta concreta a esse desafio coletivo: formula e defende políticas públicas que garantam dignidade, acesso a direitos e um futuro melhor. Avançar nessa agenda é fundamental para fortalecer a democracia e construir um país mais justo e solidário para todos.